

O Movimento de Natal e a indústria das secas (1958)

The Natal City Movement and the drought industry (1958)

Alceu Ravello Ferraro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

198

Alceu Ravello Ferraro é professor titular aposentado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente leciona no Curso de Pedagogia e no recém criado Mestrado em Educação do Centro Universitário La Salle (Unilasalle) em Canoas (RS). É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A entrevista feita pela professora Marta Maria de Araújo trata da investigação do autor e idéias suas sobre a ação desenvolvida pela Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Norte durante a seca de 1958, em seu enfrentamento à indústria das secas, e sobre a *chegada do rio*, espécie de recordação da experiência vivida no período da pesquisa, a qual ficou indelevelmente registrada na sua memória. Tal recordação tem a ver com o lado oposto da seca – a água – e com a forma inesperada, surpreendente, de sua chegada numa região periodicamente castigada pela seca.

O que basicamente foi abordado na tese de doutorado *Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal*, publicada em dezembro de 1968?

Alceu Ravello Ferraro: A investigação sobre o movimento de Natal para minha tese de doutorado foi dada a público pela Fundação José Augusto, em Natal, sob o título *Igreja e Desenvolvimento – O Movimento de Natal*, na manhã do dia 13 de dezembro de 1968, cerca de uma hora antes do Ato Institucional Nº 5, o que me permitiu salvar cerca de 200 exemplares. Desses, 50 seguiram por terra, de Natal até Salvador, e depois até Rio de Janeiro, de onde, graças à ajuda de amigos e à compreensão de funcionário dos Correios e Telégrafos, puderam ser remetidos para a Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Os restantes 150 foram escondidos em algum lugar em Natal. Destes, talvez uns 50 foram distribuídos discretamente por lideran-



ças do Movimento a pessoas interessadas, sendo que 50 aproximadamente foram recuperados 10 anos mais tarde através de pessoa amiga. É uma lástima que não tenha guardado comigo as centenas de telegramas examinados, encontrados num balaio, no subsolo de uma construção provisória no local reservado à construção futura Catedral de Natal.

A investigação abordou o problema da relação entre religião e desenvolvimento, na perspectiva do impacto que as diferentes religiões podem exercer sobre o processo de desenvolvimento. Em termos teóricos, eu questionava a generalização de Karl Marx, que via na religião em si, qualquer que ela fosse, um obstáculo ao desenvolvimento. Por mais que o autor pudesse ter razão em suas críticas ao caráter conservador do catolicismo e protestantismo na Europa de seu tempo, objetava-lhe principalmente o não ter feito distinção entre diferentes formas históricas de religiosidade. Concretamente, a pesquisa orientou-se para a avaliação, sob o aspecto da contribuição para o desenvolvimento, de uma experiência de trabalho social empreendida pela Arquidiocese de Natal nos anos de 1950 e 1960, dentro do que se considerava ser a região menos desenvolvida do país – o Nordeste.

O que envolveu metodologicamente a investigação sobre Igreja e desenvolvimento – o Movimento de Natal? E quais os resultados?

199

Alceu Ferraro: Essa experiência se tornara conhecida como *O Movimento de Natal*. Como se disse acima, a pesquisa se desenvolveu e foi publicada num momento extremamente conturbado: entre abril de 1964 e dezembro de 1968. Compreendeu: a reconstituição histórica do *Movimento* nos seus diferentes períodos; a observação sistemática e centenas de entrevistas não estruturadas, preparando a pesquisa por amostragem; análise de conteúdo de uma amostra de milhares de cartas de monitores de escolas radiofônicas; aplicação de questionário estruturado a uma amostra de 376 chefes de família, num estudo comparativo de 4 pares de pequenas comunidades rurais do Litoral-Agreste do Rio Grande do Norte. Cada um dos pares era constituído por uma *comunidade trabalhada* (submetida à ação social sistemática da Igreja) e uma *comunidade não-trabalhada* (não submetida a tal ação). A pesquisa envolveu concepções e práticas relacionadas com saúde, educação, agropecuária, cooperativismo, sindicalização rural e politização.

A pesquisa histórica revelou que o *Movimento*, partindo de atividades marcadamente assistenciais e paternalistas em face de uma situação de emergência

no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, evoluiu primeiro para um programa de desenvolvimento de comunidades rurais e, a seguir, para a luta pela mudança de estruturas e desenvolvimento, extrapolando assim os limites da pequena comunidade interiorana. A verificação empírica permitiu constatar que, segundo a maioria dos indicadores de desenvolvimento utilizados, as comunidades trabalhadas apresentaram, em relação às comunidades não-trabalhadas, diferenças significativas no que tange a concepções, atitudes, comportamentos e até condições de vida, mudanças estas comumente tidas como indicadores de desenvolvimento. Confirmou também o papel decisivo, em tais transformações, dos inúmeros líderes formados pelo *Movimento*, particularmente quando seu trabalho se desenvolveu de forma associativa, através de grupos.

Qual era a postura da Igreja em relação à “indústria da seca”?

Alceu Ferraro: A ação Igreja contra a indústria das secas em 1958 constituiu momento fundamental, tanto no crescimento e consolidação do Movimento, quanto particularmente em sua re-orientação para o que se denominou “luta pela mudança de estruturas”. Para esta parte da entrevista valho-me principalmente de um texto que foi pensado e redigido nos anos de 1964 e 1965 para ser um capítulo da tese de doutorado. Em virtude do agravamento da situação política do país, optei por apressar a impressão da tese, o que resultou na exclusão do referido texto, que ficou extraviado por cerca de 30 anos. Na elaboração desse estudo sobre a ação da Igreja Católica contra a indústria das secas no ano de 1958 utilizei principalmente as seguintes fontes: 1) a documentação do Serviço de Assistência Rural (SAR), particularmente os telegramas expedidos e recebidos por Dom Eugênio Sales, Bispo Auxiliar de Natal, e pelo SAR, por ocasião da seca de 1958; 2) uma entrevista gravada com Dom Eugênio; 3) entrevistas com vigários e lideranças leigas do Movimento que haviam atuado na seca de 1858 e com outras testemunhas qualificadas; 4) os jornais da época (março a junho de 1958). O grande número de telegramas, expedidos e recebidos por Dom Eugênio entre meados de março e meados de junho de 1958, é indicador da intensa atividade desenvolvida no período. Dom Eugênio expediu 136 telegramas: 26 a autoridades federais; 9 a prefeitos; 92 a vigários do interior; 9 a bispos. Recebeu: 145 telegramas: 22 de autoridades federais ou estaduais; 5 de autoridades municipais; 65 de vigários do interior; e 6 de bispos. É



provável que outros mais tenham sido expedidos ou recebidos, sem o devido arquivamento. Na realidade, “arquivados” num balaio, no subsolo de uma construção provisória no local reservado à construção da atual Catedral de Natal. É uma lástima que não tenha pedido para conservar comigo as centenas de telegramas ali encontrados e por mim examinados.

Qual era o sentimento do nordestino em relação à seca?

Alceu Ferraro: Se não chove até 19 de março, dia de São José, é declarada a seca. É como o estouro da boiada. Sem chuva não tem trabalho. Sem trabalho, não tem planta, não tem colheita, não tem feira. É a fome generalizada. Assim, alguns dias após a declaração da seca, as cidades enchem-se de pedintes. A máquina governamental é lenta. Os interessados são muitos: políticos, cabos eleitorais, correligionários, coronéis, tornando-se difícil distribuir “equitativamente” entre tantos as oportunidades de enriquecimento. Isto retarda sempre o início dos serviços de emergência: construção de estradas, de pontes, de açudes etc. Verbas são desviadas. Operários fictícios são arrolados nas folhas de pagamento. O trabalhador é enganado na quantidade de serviço feito; na folha de pagamento que vai do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para o dono do barracão; no preço dos gêneros fornecidos no barracão, sempre mais elevados do que no comércio local; no peso ou medida dos gêneros. O sistema de sublocação das obras de emergência produz uma longa escala de intermediários, todos a pressionar para baixo. Como ninguém quer perder (de ganhar), quem paga é sempre o flagelado contratado para tais serviços de emergência. Tudo isto faz com que o Polígono da Secas seja uma área mais política do que fisiográfica. Nada menos do que 52% da área total do Nordeste está dentro do referido Polígono. Se excluirmos o Estado do Maranhão, que não é atingido pelo fenômeno da seca, os outros 8 estados do Nordeste (do Piauí à Bahia) têm 72% de sua área total incluída no Polígono. O Estado do Rio Grande do Norte ocupava o terceiro lugar (90,6%), precedido apenas pela Paraíba (97,8%) e Ceará (92,2%), conforme o *Anuário Estatístico do Brasil* de 1963.

Qual a direção seguida pela Igreja Católica no Rio Grande do Norte?

Alceu Ferraro: Por ocasião da seca de 1953, a Igreja Católica já atuara em dois sentidos. Primeiramente, colaborara no serviço denominado Assistência

às Vítimas das Secas (AVS), promovido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Padre Eugênio Sales viajara para o interior, organizando, por conta da AVS, comitês municipais, com o intuito de diminuir a interferência política na aplicação do dinheiro e distribuição dos alimentos. Quando não conseguia impedir a interferência dos políticos, dificultava a criação do Comitê da AVS, como aconteceu na cidade de Augusto Severo. Foram os primeiros choques, esporádicos ainda, com os coronéis do interior. Paralelamente ao trabalho da AVS, uma comissão constituída por Padre Eugênio, Padre Expedito e uma assistente social percorreu várias áreas do interior, com o intuito de tomar consciência do problema e animar a quantos estavam sofrendo com a seca. Esse primeiro contato com a seca resumiu-se a uma tomada de consciência do problema e a uma tentativa de enfrentar a estrutura da indústria das secas, na verdade um subproduto da estrutura social da Região.

Que outros órgãos atuaram na direção contrária da indústria das secas?

Alceu Ferraro: No intervalo entre as secas de 1953 e 1958, o trabalho do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal crescera muito. Isto permitiu que, em 1958, aos primeiros prenúncios de seca, a Igreja Católica se lançasse numa luta que, em poucas semanas, haveria de abalar duramente essa velha estrutura conhecida como *indústria das secas*. Duas circunstâncias extrínsecas fizeram com que o grito levantado em Natal encontrasse ressonância no Estado. A primeira reside no fato de que, desde o início dos anos de 1950, um número cada vez maior de vozes vinha fazendo-se ouvir, quer criticando a morosidade, desorganização e ineficiência dos órgãos federais que atuavam no Nordeste, quer pondo em questão a própria política federal caracterizada pelo conhecido programa Obras Contra as Secas. Aos poucos se fora delineando uma alternativa – uma política de desenvolvimento econômico para a Região. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cujas atividades tiveram início em 1954, foi fruto dessas novas idéias. Principalmente através de seus estudos sobre o Nordeste. Cada um dos relatórios de BNB, correspondentes aos exercícios de 1955 a 1965, apresentava um estudo, geralmente extenso, sobre algum aspecto da economia regional nordestina. O *Relatório do exercício de 1955* focaliza, em sua introdução, o conjunto da economia nordestina. O BNB tornou-se o difusor e sustentador do enfoque econômico no tratamento dos problemas da Região.



Quais as ligações entre Igreja Católica e desenvolvimento social?

Alceu Ferraro: O I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande nos dias 21 a 26 de maio de 1956, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), conseguiu reunir, além de bispos, grande número de técnicos e homens de governo para uma revisão da política federal no Nordeste. Nesse I Encontro, constatou-se a falta de entrosamento dos órgãos federais no Nordeste. Partindo dessa constatação, uma idéia tomou vulto: a da necessidade de um maior entrosamento entre tais órgãos. Os frutos concretos do Encontro foram dois. Primeiro, a aprovação, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que estivera presente, dos 19 projetos emanados do Encontro, visando a uma experiência piloto de colaboração e integração dos diversos órgãos governamentais que atuavam no Nordeste. Segundo, o lançamento, pelo Presidente da República, da Operação Nordeste, a qual, em fevereiro de 1959, cederia lugar à Comissão de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). Esta, por sua vez, em dezembro do mesmo ano, após o II Encontro dos Bispos do Nordeste (Natal, maio de 1959), seria substituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Isto demonstra que foi no período entre as secas de 1953 e 1958 que se formou e, pelo menos em parte, se concretizou uma nova maneira de encarar os problemas da Região, representada pela passagem da política tradicional, caracterizada pelas "Obras Contra a Secas, para uma política de desenvolvimento regional. Como segunda circunstância temos que, enquanto o Governo Federal estava nas mãos do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Estado do Rio Grande do Norte era governado pela União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição no plano nacional. Como tal, o Governo Estadual não só tinha dificuldade de acesso à Presidência da República e aos Ministérios, como também se considerava, por isso mesmo, excluído de qualquer participação no gerenciamento dos recursos federais destinados às obras contra a seca no Estado. Foi assim que a Igreja acabou servindo de ponte entre o Governo Estadual e o Governo Federal e entre aquele e os prefeitos de oposição dentro do Estado.

Que fez a Igreja ao primeiro prenúncios da seca no Rio Grande do Norte em 1958?

Alceu Ferraro: Ao primeiro prenúncio de seca no início de março de 1958, Dom Eugênio Sales foi ao Rio de Janeiro e pediu audiência com o Presidente da República. Convidou outros três bispos nordestinos que se encontravam no Rio de Janeiro. Cerca de 60 parlamentares compareceram à audiência. O Senador potiguar Apolônio Sales fez-se intérprete dos sentimentos e preocupações do Nordeste ante a iminência de uma nova seca. Foi uma “advertência ao Governo federal para que não fosse apanhado desprevenido”, confessa Dom Eugênio, que, por outro lado, ficou surpreso com a estranha euforia de alguns parlamentares, euforia esta motivada certamente pela perspectiva das grandes fortunas que a seca poderia propiciar. Intuindo a oportunidade, Dom Eugênio, de volta a Natal, reuniu o clero do interior: “Se toparem a parada, acabaremos com a indústria das secas.” (Entrevista gravada). Os padres toparam, e a luta começou. Acompanhado de uma equipe de sacerdotes e leigos, percorreu mais de mil quilômetros, observando a situação em quinze municípios. “A idéia” – diz Dom Eugênio – “era esta: se a seca vier mesmo, o que é que vamos fazer? Que posição vamos tomar? Por que parte vamos atacar?” (Entrevista gravada). Foi um alerta à população e às autoridades. Foi incisivo o telegrama de Dom Eugênio ao Governador Dinarte Mariz, que se encontrava no Rio de Janeiro: “Acabo regressar viagem quinze municípios várias regiões sem início serviços alguns desorganizados. Iniciado crime baracões. Necessário exigir pagamento em dinheiro.” (certamente de fins de março de 1958).

“Não havia ainda seca” – diz Dom Eugênio – “mas a fome era geral. De um momento para outro levantou-se uma grita geral que se propagou como um incêndio. Cidades foram ameaçadas de invasão. O Governo estava despreparado. Então resolvemos abrir frentes de serviço. Em nome da diocese requisitamos gêneros nas mercearias e atacados de Natal. A Marinha pôs à disposição uma frota de caminhões para transportar as mercadorias para o interior .” (Entrevista gravada).



Em que momento a Igreja Católica do Rio Grande do Norte passou a agir abertamente contra os industriais da seca?

Alceu Ferraro: Por determinação do Bispo, os vigários organizaram comissões em suas paróquias. Telegrama expedido por Dom Eugênio (em 10 de abril de 1958) para os vigários de Nova Cruz, São José do Campestre, Santa Cruz, São Paulo do Potengi, São Tomé, Angicos, Lages e Pedro Avelino anunciava: "Dentro poucos dias seguirão gêneros. Convide juiz, prefeito, e representante partido situação e oposição organizando comissão sua presidência que fiscalizará funcionamento posto gêneros, Centro Social assumirá postos pagamento somente operários DNOCS em gêneros até segunda orientação. Fica autorizado entender-se responsável DNOCS pedindo pessoas confiança vigário fim encarregar-se pagamento gêneros. Preços gêneros valor custo acrescido quebra normal. Receba vales que serão entregues mediante comprovantes Direção DNOCS. Seguirão novas instruções".

Deu-se início ao alistamento onde o DNOCS não tinha entrado ou onde o serviço era muito lento. Abriram-se frentes de trabalho conforme textos de alguns telegramas de vigários do interior a Dom Eugênio: "Iniciado serviço aceitamos cooperação" (São Paulo do Potengi, 01 abril de 1959); "Falta absoluta gêneros próxima semana alistamento crescendo difícil contornar situação" (São Paulo do Potengi, 6 abril de 1958); "Até meio dia nenhum funcionário (do DNOCS) presente efetuar alistamento marcado hoje. Alistaremos quatrocentos fornecendo dois dias posto. Precisamos carne e muita farinha" (São Paulo do Potengi, 14 abril de 1958); "Remeto leva 600 homens Campo Rendondo..." (Santa Cruz, 09 abril de 1958); "Serviços caráter urgência iniciados segunda-feira sem presença DNOCS... Urge fornecer pequeno comércio." (Angicos, 9 abril de 1958). Foi assim que começou a construção da Barragem do açude Pataxó, em Angicos. Em São Paulo do Potengi deu-se início à construção da estrada para São Tomé. Estas e outras frentes de trabalho foram abertas por conta da Arquidiocese de Natal. Simultaneamente as comissões organizavam o fornecimento de gêneros aos trabalhadores.

Se o alistamento e as frentes de trabalho abertas pela Arquidiocese provocaram reações, estas foram mais violentas ao se colocar em questão o monopólio dos donos de barracões. Um exemplo ilustra o que ocorreu. Um comerciante de Macaíba conseguira autorização para abrir um barracão em São Paulo do Potengi. Mas a Comissão já havia abarrotado o Centro Social

com as mercadorias trazidas por uma frota de 9 caminhões da Marinha. Veio o dia do pagamento. O DNOCS costumava entregar as folhas de pagamento ao dono do barracão. A Comissão, da qual fazia parte o juiz de São Paulo do Potengi, exigiu que as folhas fossem entregues aos operários, para que pudessem fazer suas compras onde quisessem: no barracão, no Centro Social ou no comércio local. Pressionado, o DNOCS entregou aos trabalhadores metade das folhas de pagamento, indo uns abastecer-se no Centro Social e outros no barracão. Uma grita geral levantou-se quando os flagelados constataram a diferença: por trabalho idêntico, recebiam no barracão muito menos do que no posto do Centro Social. Percebendo que o Centro Social não tinha gêneros para atender a todos os trabalhadores, o dono do barracão ausentou-se deliberadamente, para desacreditar a Comissão perante os mesmos. Esgotados todos os gêneros estocados no Centro, a Comissão não teve dúvida: foi ao barracão, encontrando-o fechado a chave e selado. Onde estaria a chave? Uma mulher declarou que o proprietário deixara a chave numa casa vizinha. Os trabalhadores foram atendidos. Tudo foi anotado e o barracão fechado, deixando-se lá dentro as folhas de pagamento. Já em Santa Cruz a Comissão foi menos delicada. O vigário ajudou a arrombar o barracão. Houve protestos e ameaças de processo.

Como foi a atuação política de Dom Eugênio Sales?

Alceu Ferraro: A Arquidiocese, que já contava com 10.000 trabalhadores alistados por sua conta e não tendo como pagar aos fornecedores de Natal, não poderia agüentar a situação por muito tempo. Mas, a esta altura, a sorte da indústria e dos industriais da seca já estava lançada. Enquanto as comissões locais atuavam no interior e frotas de caminhões abasteciam os postos de distribuição instalados pela Igreja, Dom Eugênio mantinha permanente contato telegráfico com o interior e com a Presidência da República. Em resposta a um telegrama ao Presidente, o Sr. Cleanto Paiva, Chefe do Gabinete do Ministro da Viação, telegrafava a Dom Eugênio comunicando uma série de medidas tomadas pelo Ministro para reforçar o abastecimento na região. Ao anunciar a vinda a Natal de navios com grande carregamento de gêneros, pedia colaboração da Igreja no sentido de impedir qualquer exploração e desestimular a especulação. O telegrama do Sr. Cleanto Paiva, Chefe de Gabinete do Ministro da Viação, datado de 9 de abril de 1958 recomendava: "Também muito ajudaria Governo ação representante Igreja e vigários



impedindo tentativas [de] exploração divulgando próxima chagada gêneros alimentícios fim desestimular especuladores e tranqüilizar flagelados...”

Em telegrama de 14 de abril de 1958 os bispos das três dioceses do Rio Grande do Norte chamaram a atenção do Presidente da República para o entrave constatado nos serviços: a interferência de mesquinhos interesses políticos e econômicos, a inoperância dos órgãos federais, a demora no recebimento das verbas de emergência e a falta de abastecimento. No dia seguinte (15 abril de 1958) o Presidente Juscelino anunciava por meio de telegrama a próxima vinda ao Nordeste. Mas nem com a vinda do Presidente a situação melhorou. O que aconteceu a seguir foi narrado por Dom Eugênio:

“Fui imediatamente ao Rio, na qualidade de emissário dos três poderes estaduais: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Embora Dom Helder [Câmara] estivesse doente, fui ter imediatamente com ele. Ele ligou para o Sr. Cleanto Paiva, Chefe de Gabinete do Ministro da Viação. Foi então que eu disse: ‘É uma vergonha para nós, que somos do Nordeste – ele é nordestino – que isto se repita ainda. A falta de organização é um dos males principais.’ Imediatamente ele se prontificou a me ajudar. Pedi uma audiência com o Presidente da República. Fui com Dom Helder [Câmara]. O Presidente estava reunido com o Gabinete. O Presidente presidia. Eu fiz o histórico. Disse que havia assumido a responsabilidade de muitos milhares de homens e que eu trazia um pedido ao Governo Federal: que entregasse a coordenação das obras ao General Comandante do Exército daqui (Natal). Então o Presidente alegou que isto seria intervenção federal. Observei-lhe que eu vinha em nome do Governo do Estado, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça; que o Governo estadual era inimigo do Governo Federal; que portanto o Governo Federal não iria mandar dinheiro ao Governo estadual e que a nomeação de um general do Exército seria também a única maneira de excluir os políticos que teriam medo do Exército. A certa altura o Presidente do Banco do Brasil virou-se para mim e perguntou-me se não tinha medo ao assumir a responsabilidade por tantos milhares de pessoas: se o Governo não me pagasse, como é que eu resolveria o problema? A resposta foi que numa situação dessas ninguém pode raciocinar...” (Entrevista gravada).

Ao final da reunião Dom Helder observou ao Presidente que Dom Eugênio não estava satisfeito com o resultado. “Que posso fazer?” – teria respondido o Presidente – “Estes homens não me deixam”. Mandou que entrassem ambos numa sala contígua e fechassem a porta. Saindo por último do recinto da reu-

208

nião, o Presidente entrou por outra porta e fechou imediatamente. “Ficamos a sós” – prossegue Dom Eugênio. “Então falamos também dos políticos que se aproveitavam da situação. Não me lembro de todo o diálogo. Mas o Presidente disse que tomaria todas as medidas necessárias, que nomearia um General. Eu voltei imediatamente para Natal. Foi designado o General Manoel Guedes. Este convocou todos os órgãos federais. Convocou-os como se fossem oficiais. Ao Diretor de uma dessas autarquias que criou dificuldades, ameaçou prendê-lo. Foi uma verdadeira operação de guerra. Mapas nas mesas: os pontos atingidos, levantamento de estoques, uma verdadeira operação militar. A Igreja, então, à medida que o Exército ia assumindo, foi retirando-se de sua posição de enfrentar pessoalmente o problema, ficando mais com a parte assistencial: assistência aos velhos, inválidos, viúvas, doentes.” (Entrevista gravada).

O próprio Dom Eugênio afirma ter sido alvo de grosserias, quando, de certa feita, averiguou irregularidades no barracão do “chefe dos industriais da seca”, um poderoso líder político potiguar. Mas, a esta altura, o referido “chefe”, embora mantivesse seu pessoal nos postos, não controlava mais a situação. O Governo federal não lhe dava mais apoio e, no Estado, o General Guedes assumira a coordenação dos trabalhos. Mas, não podendo atingir a pessoa do bispo, o “chefe” tentou atingi-lo na pessoa do Dr. Antônio C. Malta, Diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e um dos mais estreitos colaboradores de Dom Eugênio, querendo substituí-lo por um correligionário, mas sem sucesso.

Ao grupo que se julgou prejudicado e que ainda conservava mágoa pela ação desenvolvida pela Igreja no Estado do Rio Grande do Norte durante a seca de 1958, o Bispo Auxiliar de Natal respondia: “Diante da miséria tremenda não restava outra atitude a ser tomada... É missão do pastor velar pelo seu rebanho. Reconheço que contraria interesses, mas acima deve estar o cumprimento do múnus episcopal.” (Jornal *A República*, Natal, 11 maio, 1958).

Houve então por parte da Igreja Católica Rio Grande do Norte uma luta pela mudança das estruturas políticas do Estado?

Alceu Ferraro: Essa luta contra a indústria das secas marcou o início de nova fase no Movimento de Natal – a luta pela mudança de estruturas na região. Dela o Movimento de Natal saiu fortalecido. Apesar de a ação em



favor dos flagelados ter sido concebida, encetada e assumida pelo bispo e pelo clero, principalmente do interior, numa iniciativa partida do alto e, à primeira vista, inteiramente parternalista, as comissões locais mobilizaram grande número de pessoas do interior, já engajadas ou não nas atividades do Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese, para serviços de alistamento, supervisão das frentes de trabalho, e distribuição de gêneros alimentícios aos trabalhadores. Essa participação no enfrentamento do principal problema da seca – a desorganização e a desonestidade administrativa – levou muitos a tomarem consciência e a interessarem-se pelos problemas cotidianos do homem do campo, particularmente do trabalhador rural. As associações de jovens (clubes de jovens, os grupos de Juventude Agrária Católica) e os centros sociais se solidificaram no período e cresceram com a integração de novos elementos. Enfim, o Movimento cresceu. A luta pela reforma de estruturas estava aberta. Continuará e se alargará com a criação do Setor de Politização e particularmente com a fundação dos sindicatos rurais no início dos anos 60. Em 10 de agosto de 1958 foi inaugurada a Emissora Rural da Arquidiocese de Natal e com ela foram organizadas as primeiras escolas radiofônicas, que deram início à primeira experiência de educação de base pelo rádio no Brasil.

Quais as suas recordações da experiência vivida no Estado do Rio Grande do Norte, no período da pesquisa?

Alceu Ferraro: São muitas as recordações. Deixe-me trazer uma, que me acompanhou sempre viva durante todos esses quarenta anos desde então. Começo dando a palavra à pessoa com quem vivi a extraordinária experiência:

– Chove forte no Sertão! – exclamou Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, com um sorriso que dispensava o habitual bom dia ao amanhecer. Seu semblante traduzia uma alegria que contrastava com a tristeza e angústia das últimas semanas.

– A Rádio acaba de anunciar que chove nas nascentes do Potengi – prosseguiu ele, a caminho da pequena capela. Começavam a chegar as primeiras famílias de camponeses. A boa nova circulava rapidamente. Os semblantes se transformavam como que por encanto. Olhos curiosos perscrutavam o céu à procura de algum sinal de chuva. Mas, até aquele momento, nada de nuvens.

Monsenhor Exedito era o vigário da paróquia de São Paulo do Potengi, cuja sede estava situada à margem direita do Rio Potengi. Eu realizava uma pesquisa no Agreste do Estado do Rio Grande do Norte, região intermediária entre o Litoral e o Sertão potiguar, com vistas à minha tese de doutorado. Tinha aceitado de bom grado o convite de Monsenhor Exedito e acompanhava-o em sua peregrinação de capela em capela dentro de sua paróquia. O fato de estar em sua companhia me ajudava muito nos contatos com os camponeses. Devido à violenta repressão às atividades sindicais depois do Golpe Militar de 1964, eles evitavam qualquer contato com estranhos ao meio. Tínhamos atravessado o rio Potengi a seco, no *jeep* de Monsenhor Exedito, fazia três dias. Mais uma vez a seca se abatera sobre quase todo o Estado do Rio Grande do Norte, como, aliás, sobre quase todo o Nordeste.

O 19 de março, festa de São José, sinalizara, havia já mais de uma semana, o último dia de espera. Milhares de trabalhadores agrícolas e de pequenos proprietários já tinham sido mobilizados em obras de emergência. A terrível seca de 1958 e suas conseqüências dramáticas ainda estavam bem vivas na memória do povo. A chuva anunciada se revestia, por isso, de um caráter de salvação, mesmo que tardia. Durante toda a manhã a Rádio anunciava, em transmissões sucessivas:

- Do Planalto Central, a chuva se estende para todas as regiões.
- A chuva vem na direção do Agreste e do Litoral. Mas o Potengi, cheio e furioso, precede a chuva.
- O rio deve chegar a São Paulo do Potengi por volta de quatro horas da tarde.

Por volta de onze horas Monsenhor Exedito me alerta:

– Vamos partir o mais tardar às três horas, para podermos chegar antes do rio. Às três da tarde estávamos a caminho. Nenhuma nuvem ainda; nenhum sinal de chuva no céu. A estrada era péssima. O *jeep* avançava lentamente, aos solavancos. E eu a pensar sobre aquelas palavras: "...para podermos chegar antes do rio". Elas não faziam parte do meu vocabulário.

Às quatro horas estávamos ainda a quatro ou cinco quilômetros da Cidade de São Paulo do Potengi. Alguns minutos mais tarde, a algumas centenas de metros do rio, Monsenhor exclamou, apontando para a margem oposta:

– Veja! O rio já chegou!



Eu ainda não divisava o rio. Mas podia distinguir muito bem, junto à margem oposta, grupos em festa, enquanto outros já subiam a leve encosta na direção da pequena cidade.

Mais alguns segundos, e ei-lo diante de mim. Ou melhor, eis-me diante dele, porque ele, o rio, havia chegado primeiro. Inteiramente seco três dias atrás, e agora cheio até às bordas. A torrente d'água, da cor da terra, rolava rápida e rumorosa. Compreendi então as palavras de Monsenhor Expedito: "chegar antes do rio". Não tínhamos conseguido. Isto prolongava nossa viagem até a ponte situada em Natal, próxima à foz, para então retornar pelo outro lado. Mais uns 120 quilômetros de estrada!

Treze anos mais tarde, ao tentar colocar no papel esse momento marcante de minha vivência como pesquisador no Rio Grande do Norte nos anos de 1964 a 1968, as palavras de Monsenhor Expedito "chegar antes do rio" ainda me soam misteriosas e dramáticas. Elas traziam e continuam trazendo sempre à lembrança, a cada nova seca ou ameaça de seca no Nordeste, a desgraça de um povo ainda à mercê dos industriais das secas.

Prof. Dr. Alceu Ravanello Ferraro
E-mail | aferraro@adufrgs.ufrgs.br

211

Entrevista concedida à
Profa. Dra. Marta Maria de Araújo
E-mail | martaujo@digi.com.br